

ASSOCIAÇÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE PORTUGAL

José Luís Moreira da Silva está disponível para novo mandato à frente da ASAP

“Gostava de sair com o regime fiscal [das sociedades] alterado. Com a pandemia, foi um mandato diferente daquele que eu tinha pressuposto, em 2019”, afirma o líder da associação.

MARIANA BANDEIRA

mbandeira@medianove.com

O mandato de José Luís Moreira da Silva na presidência da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP) acabou, mas o sócio da SRS Legal pretende recandidatar-se à liderança da organização, porque deixou medidas por implementar devido à pandemia, revelou o advogado, em entrevista ao Jornal Económico (JE), no âmbito da publicação do anuário “Quem é Quem na Advocacia de Negócios em Portugal”.

“Ainda estamos a ver, se houver aí alguém mais bem posicionado... Devo dizer com toda a honestidade que gostava de me recandidatar até porque entendo que o mandato foi assim um bocadinho encurtado com a pandemia, há coisas que ficaram por fazer do programa e eu gosto de deixar as coisas feitas”, afirmou ao JE, numa entrevista cuja segunda parte poderá ler na próxima sexta-feira na publicação que sairá nas bancas com o JE.

A principal mudança que pretende deixar feita prende-se com a já longa batalha da fiscalidade, uma vez que a tributação dos dividendos distribuídos pelas sociedades de advogados é feita em sede de IRS (para os sócios) em vez de IRC (enquanto empresa). “Ainda falta [fazer] muita coisa. Desde logo, gostava de sair com o regime fiscal alterado. Com a pandemia, foi um mandato diferente daquele que eu tinha pressuposto, em 2019. Todos nós nos órgãos sociais tínhamos várias iniciativas previstas, algumas que exigiam contacto pessoal com entidades do sector da justiça”, lembra.

Segundo José Luís Moreira da Silva, apesar dos confinamentos e da economia em determinados momentos a meio gás, a ASAP conseguiu concretizar alguns das iniciativas previstas no Plano de Atividades, nomeadamente a realização de um novo encontro presencial (o 11º da associação), o que não acontecia desde 2016 e ocorreu no início de novembro no Centro Cultural de Belém.

“Acho que cada vez faz mais sentido esta associação, que nasceu em 2002, num momento um bocadinho como agora, em que sentíamos que as sociedades de advogados estavam a crescer muito e tinham passado os anos 90 com um



Foto cedida

“É um número respeitável, mas ainda há uma maioria grande que prende a atenção da Ordem que são os advogados em prática individual e algumas sociedades ainda informais. É preciso uma associação como esta para representar os interesses das sociedades de advogados e fazer valer os seus interesses, que muitas vezes não são exatamente os mesmos da Ordem - nem têm de ser”, comenta José Luís Moreira da Silva.

Questionado sobre o efeito nos escritórios da guerra na Ucrânia e do consequente aumento dos preços, o sócio da SRS admite que “a guerra e a pressão inflacionista” colocaram “uma grande pressão e maiores desafios” em todas as organizações, incluindo as sociedades. Apesar de a ASAP ter apelado à criação de um regime para flexibilizar a integração de juristas ucranianos, à semelhança do que fez a Ordem dos Médicos, José Moreira da Silva lamenta que o plano não tenha chegado a bom porto. “O método de reconhecimento dos advogados ucranianos continua a ser - ainda por cima, são de fora da União Europeia - demorado”, alerta.

“Sou muito crítico” quanto a advogados serem proibidos de aconselhar entidades russas

Em outubro, devido ao sexto pacote de sanções à Rússia, os advogados dos Estados-membros da União Europeia foram impedidos de prestar aconselhamento jurídico a entidades russas. José Luís Moreira da Silva mostrou-se “muito crítico” ao regulamento europeu. “Qualquer pessoa tem direito fundamental o apoio jurídico e, por isso, o maior meliante, um homicida confesso, tem direito a um advogado para o apoiar juridicamente. Acho que todas as entidades têm direito a esse apoio jurídico. É uma situação muito especial, pode compreender-se, mas devia ter-se em consideração que o apoio jurídico é um direito fundamental universal na Constituição”.

Na entrevista ao “Quem é Quem” do JE, José Luís Moreira da Silva fala ainda do regime de transparência fiscal das sociedades e dos pacotes de apoio que a ASAP está a ultimar com *legaltechs* e formadores para acelerar a digitalização e qualificação tecnológica dos escritórios. ■

Sócio da SRS admite que “a guerra e a pressão inflacionista” colocaram “uma grande pressão e maiores desafios” em todas as organizações, inclusive às sociedades de advogados

crescimento acelerado. O que se sentiu foi que a Ordem dos Advogados tinha outras coisas para fazer, além de olhar para as sociedades de advogados, o que é perfeitamente legítimo”, recorda o presidente da ASAP.

Desde que as primeiras sociedades de advogados nasceram, no início dos anos 80, e mesmo do 14 de fevereiro de 2002 quando foi formalmente criada a ASAP - com a liderança de João Pedro Gonçalves Gomes, enquanto José Miguel Júdice bastonário - quer a dimensão quer a estratégia dos escritórios mudou. Hoje, a associação representa cerca de 60 sociedades no país mais ou menos cinco mil advogados que exercem a atividade nestas autênticas empresas.